

Globalização e integração (neo) conservadora: o acordo euromediterrânico de associação entre a União Européia e a Tunísia – Um estudo de caso⁴

Silvana Peixoto Dunley

Em julho de 1995, a União Européia e a Tunísia concluíram Acordo de Associação, tornando o país o primeiro sócio europeu do Magrebe, no quadro de uma nova política comunitária para o Mediterrâneo. Orientada para a construção de um espaço econômico euromediterrânico, em 2010, a Política de Parceria Global deveria permitir à Europa transformar a região numa zona de paz e de prosperidade compartilhada, assentada sobre o livre-comércio, e garantir o desenvolvimento econômico e social das populações estabelecidas nas duas margens do Mediterrâneo. Transcorridos dez anos, o quadro de acordos de associação é considerado completo e a adesão à Política Européia de Vizinhança, anunciada em 2004, começou a ser discutida com alguns países mediterrânicos, liderados pela Tunísia. A vigência do acordo e o cumprimento das metas de convergência, definidos como critérios para a adesão, explicariam o novo protagonismo do país, desta vez ampliado a um contexto pan-europeu. A Tunísia é considerada um participante pleno do Processo de Barcelona, capaz de conciliar as metas de crescimento econômico com as necessidades de reformas e de ajustes induzidas pelo acordo, sem prejuízo da coesão social. Da perspectiva do país, contudo, balanço preliminar dos dez anos de parceria com a Europa apontaria para saldo altamente controverso. Os resultados positivos de crescimento da economia e a afirmação da Comunidade como o principal parceiro comercial da Tunísia contrastam com a persistência de desequilíbrios profundos no intercâmbio bilateral, com o fraco desempenho dos investimentos comunitários no país e com o aumento proporcional de sua dívida pública interna e externa. Sobretudo, o crescimento da economia e o aumento do intercâmbio comercial não foram acompanhados por redução

⁴ Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 2005. 222 p. Orientador: Fernando A. Albuquerque Mourão.

compatível dos índices de desemprego. Comprometendo conquistas sociais históricas, em particular no combate à pobreza, a desocupação deverá converter-se no principal desafio do país nos próximos anos.

No plano político, o quadro é agravado pelas restrições crescentes à vida democrática e às garantias individuais, sistematicamente ignoradas nas alegorias comunitárias sobre os benefícios da associação. Investigar a lógica persistente nas políticas recentes da Comunidade para o Mediterrâneo e identificar suas contradições, a partir do estudo de caso da Tunísia, constitui o objetivo central desta tese. O seu desenvolvimento partirá do exame de conjuntura, marcada pelo debate sobre a globalização ocorrido na primeira metade da década de noventa, em particular pela afirmação do neoliberalismo como ideologia da globalização.

Como se buscará demonstrar, consagrados pelo Tratado de Maastricht e replicados nos Acordos de Associação, os princípios neoliberais e noções e critérios afins teriam sido destinados pela Europa a promover no Mediterrâneo uma reforma abrangente e equilibrada ou, simplesmente, “sem riscos”. Onde o caráter eminentemente conservador da associação euromediterrânica, donde a sobrevivência do ideal utópico de parceria no novo contexto de vizinhança “pan-europeu”. Regidas por aqueles princípios e noções, as políticas de parceria e de vizinhança visariam a estabelecer um novo modo de regulação das relações entre a Comunidade e o Mediterrâneo, determinado pelos imperativos de reinserção da União Européia na nova divisão internacional e regional do trabalho. Como também se buscará estabelecer, mediante o estudo de caso, a Tunísia constitui ao mesmo tempo exemplo paradigmático e paradoxal da parceria estabelecida naquelas bases, considerando-se a opção precoce do país pelo ideário neoliberal e pelo modo subordinado de inserção.